



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

14/11/2014

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1 - 2
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	3
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. EVENTOS.....	4
3.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	5
3.3. JUÍZES.....	6
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. DECISÕES.....	7
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. DECISÕES.....	8
5.2. EVENTOS.....	9
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. DECISÕES.....	10
6.2. VARA CRIMINAL.....	11
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. DECISÕES.....	12
7.2. EVENTOS.....	13 - 14
7.3. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	15
7.4. VARA CRIMINAL.....	16 - 17
7.5. VARA CÍVEL.....	18
7.6. VARA DE INTERDIÇÃO E SUCESSÕES.....	19

TJMA cumpre 99% da meta de julgamento de ações de improbidade

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) cumpriu, até o mês de outubro deste ano, 99% da Meta 4 do Poder Judiciário 2014, se destacando no julgamento de processos de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídos até final de 2012.

Pág. 3

TJMA cumpre 99% da meta de julgamento de ações de improbidade

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) cumpriu, até o mês de outubro deste ano, 99% da Meta 4 do Poder Judiciário 2014, se destacando no julgamento de processos de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídos até final de 2012. O TJMA (2º grau) possuía 117 recursos nessa categoria, dos quais 116 já foram finalizados.

De acordo com a diretora Judiciária do Tribunal, Denyse Reis, o TJMA deve ultrapassar – em segundo grau – a meta estabelecida, avançando para o julgamento dos demais processos, distribuídos em 2013 e 2014.

COMBATE À CORRUPÇÃO – No dia 9 de dezembro – data dedicada ao Dia Internacional de Combate à Corrupção – o Poder Judiciário e o Mi-

nistério Público Estadual firmaram parceria para realizar a “Ação Estadual de Combate à Corrupção”.

A recomendação da presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire, é de que as pautas de audiências do 1º e 2º graus sejam destinadas ao julgamento e instrução de processos cíveis e criminais por atos de improbidade e desvio de verbas públicas.

“Vamos mobilizar a magistratura em torno de uma ação pontual visando à preferência de pauta aos processos relacionados ao combate à corrupção em tramitação no Judiciário”, disse a presidente do TJMA, durante assinatura de termo de parceria assinado com a procuradora geral de Justiça, Regina Rocha, e o corregedor geral do Ministério Público Estadual, Suvamy Vivekananda.

Juizado Criminal realiza campanha para arrecadar livros infantis em São Luís

Em São Luís, o 1º Juizado Especial Criminal (JECRIM) lançou uma campanha de arrecadação de livros infantis para doação a instituições sociais que funcionam como creches e pré-escolas. Oito entidades sem fins lucrativos, que atendem crianças em atividades escolares, estão cadastradas na unidade judiciária. As doações podem ser feitas no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau).

Podem ser doados livros infantis novos ou usados em bom estado de conservação. O material deve ser entregue de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, no ponto de coleta disponibilizado no hall do fórum, próximo aos elevadores (térreo). A campanha, que se estende até o próximo mês de fevereiro, é direcionada aos magistrados e demais operadores do Direito, servidores do Judiciá-

rio e ao público em geral.

A juíza titular do JECRIM, Andrea Furtado Perlmutter Lago, disse que a campanha tem por objetivo conscientizar as pessoas da importância da leitura desde a primeira infância, bem como estimular a doação dos livros já utilizados para serem aproveitados na instrução de outras pessoas que não possuem condições de adquirir livros novos. "O projeto deste juizado é criar centros de leitura nos estabelecimentos escolares mais carentes, por meio das doações de livros", afirmou a magistrada.

Projetos - em 2014, o juizado beneficiou, com recursos financeiros oriundos de prestações pecuniárias (suspensão condicional do processo, composições civis e transações penais), os projetos de cinco instituições sociais selecionados por meio do Edital 01/2014

publicado pelo JECRIM.

Foram beneficiadas a Associação Assistencial ao Menor Carente Livramento do Rio dos Cachorros, Associação Comunitária Creche Paraíso da Criança (Cidade Operária), Associação das Mães e dos Amigos do Conjunto São Raimundo, Centro Educacional Profissional do Coroadinho e Fundação Justiça e Paz se Abraçarão (Cidade Olímpica). O repasse dos recursos é feito gradativamente, mediante alvará.

A iniciativa atende à Resolução nº 154/2012, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e ao Provimento nº 10/2012 da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

Transação Penal - ocorre em processos de crimes de menor potencial ofensivo, como lesões leves, ameaças, calúnia e difamação, acidente de trânsito e maus

tratos. Na Transação Penal, o Ministério Público propõe ao autor do fato a interrupção do processo criminal, desde que ele cumpra determinadas condições impostas (prestação de serviços à comunidade, pagamento de multas).

Conforme a condição financeira do autor, o Ministério Público determina o valor a ser pago, independente da aceitação da vítima. Essa quantia tanto pode ser entregue à vítima ou depositada na conta judicial do juizado que repassará a uma instituição social conveniada com a unidade. Depois do cumprimento integral da transação (que pode ser dividida em parcelas), o valor depositado será doado a uma instituição, por meio de alvará.

O 1º Juizado Especial Criminal funciona no 3º andar do Fórum Des. Sarney Costa.

Inteligência no Judiciário

O Fórum Desembargador Sarney Costa sediará evento sobre a atividade da Inteligência no Poder Judiciário. O evento será realizado de 20 a 22 de novembro, no Auditório Madalena Serejo. Será discutido ainda o Plano de Segurança Institucional.

O objetivo é conscientizar sobre tais atividades, com ênfase na busca da excelência dos procedimentos estabelecidos com vistas à proteção individual e patrimonial dos que compõem a instituição. Entre os temas, Inteligência Estratégica e Atividade Jurisdicional, O Papel da Atividade de Inteligência no Poder Judiciário, Inteligência Digital e Inteligência de Sinais.

Livros

Divulgação



O 1º Juizado Especial Criminal de São Luís (Jecrim) lançou uma campanha de arrecadação de livros infantis para doação a instituições sociais que funcionam como creches e pré-escolas. As doações podem ser feitas no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). O 1º Juizado Especial Criminal funciona no 3º andar do fórum.

Exposição

Termina hoje as inscrições para a I Exposição Artística de Timon. Idealizada pelo juiz Francisco Reis Júnior, titular da 2ª Vara Criminal de Timon, a exposição conta com a parceria da Prefeitura de Timon, por meio da Fundação Municipal de Cultura.

TJMA cumpre 99% da meta de julgamento

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) cumpriu, até o mês de outubro deste ano, 99% da Meta 4 do Poder Judiciário 2014, se destacando no julgamento de processos de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídos até final de 2012. O TJMA (2º grau) possuía 117 recursos nessa categoria, dos quais 116 já foram finalizados.

De acordo com a diretora Judiciária do Tribunal, Denyse Reis, o TJMA deve ultrapassar - em segundo grau - a meta estabelecida, avançando para o julgamento dos demais processos, distribuídos em 2013 e 2014.

COMBATE À CORRUPÇÃO - No dia 9 de dezembro - data dedicada ao Dia Internacional de Combate à Corrupção - o Poder Judiciário e o Ministério Público Estadual firmaram parceria para realizar a "Ação Estadual de Combate à Corrupção".

A recomendação da presi-



O TJMA se destacou no julgamento de processos

dente da Corte, desembargadora Cleonice Freire, é de que as pautas de audiências do 1º e 2º graus sejam destinadas ao julgamento e instrução de processos cíveis e criminais por atos de improbidade e desvio de verbas públicas.

CONDENADOS - Até o mês de setembro deste ano, 12 pre-

feitos e ex-prefeitos foram condenados pelo TJMA, por envolvimento em algum tipo de crime ou improbidade administrativa no exercício do cargo.

Entre os crimes que levaram os ex-gestores e atuais à condenação constam improbidade administrativa, atraso ou fraude na prestação de contas, lesão ao

erário público, desvio de verbas, falsidade ideológica, contratação de servidores sem concurso, fraude em licitações, falta de comprovação de aplicação de recursos do Fundo Municipal de Saúde (FMS), má aplicação dos recursos do FUNDEB, fragmentação de despesas e dispensa irregular de licitações.

Coisa para refletir (1)

Em meio à discussão sobre a renúncia de Roseana, surge um fato curiosíssimo. O salário da governadora é de R\$ 14,5 mil. Porém, haveria um jeito de o substituto definitivo, além de passar a faixa a Flávio Dino, depois entrar para o clube dos ex-governadores, com aposentadoria vitalícia igual ao salário de um desembargador estadual, que é de R\$ 26,5 mil.

Coisa para refletir (2)

Significa que determinadas leis no Brasil são casuísticas. Esse tipo de aposentadoria já transitou na Justiça, por ação proposta pela ex-deputada Helena Heluy, tendo sido derrubada pelo desembargador Guerreiro Júnior. No entanto, até hoje não ficou claro se aquela decisão do TJ foi mantida, ou José Reinaldo é mais um ex-governador bem aposentado.

PODER JUDICIÁRIO

Seminário debate segurança institucional

As atividades desenvolvidas pelo serviço de Inteligência e o plano de segurança institucional do Poder Judiciário do Maranhão serão discutidos por magistrados, servidores e autoridades ligados à área durante seminário promovido pela diretoria de Segurança com o apoio da Escola Superior da Magistratura (Esmam), de 20 a 22 de novembro, no Fórum Desembargador Sarney Costa (no auditório Madalena Serejo). As inscrições estão abertas até o dia 17, no sistema acadêmico Tutor, na plataforma “Sentinela”, disponível no site do Tribunal de Justiça.

“O objetivo é conscientizar acerca das atividades desenvolvidas pela Inteligência, com ênfase na busca da excelência dos procedimentos já estabelecidos e visando à proteção individual e patrimonial de todos os que compõem a instituição”, explica o diretor de Segurança Institucional do TJMA, major Alexandre Magno de Souza.

Inteligência Estratégica e Atividade Jurisdicional, O Papel da Atividade de Inteligência no Poder Judiciário, Inteligência Digital e Inteligência de Sinais, são alguns dos temas que compõem o treinamento, constituído por parte teórica (palestras e debates) e prática - com visita ao Núcleo de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública (SSP-MA).

O seminário será ministrado por renomados profissionais e especialistas ligados à área, tais como: José Nilton Souza (delegado e gestor de Inteligência da Secretaria Adjunta de Inteligência e Assuntos Estratégicos do Maranhão), Maurício Viégas Pinto (supervisor substituto do Serviço de Inteligência do TJDF e especialista em Inteligência Estratégica), Joannisval Gonçalves (consultor legislativo do Senado Federal, conferencista e autor de livros nas áreas de Inteligência, Segurança e Defesa, Relações Internacionais e Direito) entre outros.

TJMA cumpre 99% da meta de julgamento de ações de improbidade

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) cumpriu, até o mês de outubro deste ano, 99% da Meta 4 do Poder Judiciário 2014, se destacando no julgamento de processos de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídos até final de 2012. O TJMA (2º grau) possuía 117 recursos nessa categoria, dos quais 116 já foram finalizados.

De acordo com a diretora Judiciária do Tribunal, Denyse Reis, o TJMA deve ultrapassar – em segundo grau – a meta estabelecida, avançando para o julgamento dos demais processos, distribuídos em 2013 e 2014.

Combate à corrupção – No dia 9 de dezembro – data dedicada ao Dia Internacional de Combate à Corrupção – o Poder Judiciário e o Ministério Público Estadual firmaram

parceria para realizar a “Ação Estadual de Combate à Corrupção”.

A recomendação da presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire, é de que as pautas de audiências do 1º e 2º graus sejam destinadas ao julgamento e instrução de processos cíveis e criminais por atos de improbidade e desvio de verbas públicas.

“Vamos mobilizar a magistratura em torno de uma ação pontual visando à preferência de pauta aos processos relacionados ao combate à corrupção em tramitação no Judiciário”, disse a presidente do TJMA, durante assinatura de termo de parceria assinado com a procuradora geral de Justiça, Regina Rocha, e o corregedor geral do Ministério Público Estadual, Suvamy Vivekananda.

Condenados – Até o mês de setembro deste ano, 12 pre-

feitos e ex-prefeitos foram condenados pelo TJMA, por envolvimento em algum tipo de crime ou improbidade administrativa no exercício do cargo.

Entre os crimes que levaram os ex-gestores e atuais à condenação constam improbidade administrativa, atraso ou fraude na prestação de contas, lesão ao erário público, desvio de verbas, falsidade ideológica, contratação de servidores sem concurso, fraude em licitações, falta de comprovação de aplicação de recursos do Fundo Municipal de Saúde (FMS), má aplicação dos recursos do FUNDEB, fragmentação de despesas e dispensa irregular de licitações. *(Asscom TJMA)*

Preso suspeito de matar policial civil

Policiais militares prenderam, na quarta-feira (12), Inaldo Araújo Menezes, de 22 anos, suspeito de matar o policial civil Henrique Garcia Lopes, no dia 16 de fevereiro de 2013. Ele foi preso por força de um mandado de prisão preventiva expedido pela juíza Jaqueline Reis Caracas, da 1ª Vara da Comarca de Paço do Lumiar. A prisão foi na residência do suspeito, localizada na Rua 9, casa 7, Residencial Carlos Augusto, município de Paço do Lumiar. Inaldo foi conduzido ao Plantão Central da Cidade Operária e encaminhado ao Centro de Triagem em Pedrinhas. O policial Henrique Garcia Lopes foi morto em uma discussão no trânsito, no Bairro do Maiobão. Dois homens em uma motocicleta cometeram o delito. A vítima foi alvejada no peito, chegou a ser socorrida, mas faleceu na Unidade Mista do Maiobão. O policial civil era lotado na Delegacia de São João Batista.

- O Tribunal de Justiça cumpriu, até o mês de outubro deste ano, 99% da Meta 4 do Poder Judiciário 2014, se destacando no julgamento de processos de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídos até final de 2012.
- O TJMA (2º grau) possuía 117 recursos nessa categoria, dos quais 116 já foram finalizados.

- Recital de poesia, exposição fotográfica, pintura, apresentação de danças variadas e show de jazz, estão entre as diversas atrações da 7ª edição do projeto ESMAM Cultural, que será aberto pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão, hoje (14), às 18h, no Teatro João do Vale (Praia Grande). A entrada é gratuita.

TJMA discute segurança em seminário sobre a atividade de inteligência no Judiciário

As atividades desenvolvidas pelo serviço de Inteligência e o plano de segurança institucional do Poder Judiciário do Maranhão serão discutidos por magistrados, servidores e autoridades ligados à área durante seminário promovido pela Diretoria de Segurança com o apoio da Escola Superior da Magistratura (ESMAM), de 20 a 22 de novembro, no Fórum Desembargador Sarney Costa (no auditório Madalena Serejo).

“O objetivo é conscientizar acerca das atividades desenvolvidas pela Inteligência, com ênfase na busca da excelência dos procedimentos já estabelecidos e visando à proteção individual e patrimonial de todos os que compõem a instituição”, explica o diretor de Segurança Institucional do TJMA, major Alexandre Magno de Souza.

Inteligência Estratégica e Atividade Jurisdicional, O Papel da

Atividade de Inteligência no Poder Judiciário, Inteligência Digital e Inteligência de Sinais, são alguns dos temas que compõem o treinamento, constituído por parte teórica (palestras e debates) e prática - com visita ao Núcleo de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública (SSP-MA).

O seminário será ministrado por renomados profissionais e especialistas ligados à área, tais como: José Nilton Souza (delegado e gestor de Inteligência da Secretaria Adjunta de Inteligência e Assuntos Estratégicos do Maranhão), Maurício Viégas Pinto (supervisor substituto do Serviço de Inteligência do TJDFT e especialista em Inteligência Estratégica), Joanisval Gonçalves (consultor legislativo do Senado Federal, conferencista e autor de livros nas áreas de Inteligência, Segurança e Defesa, Relações Internacionais e Direito) entre outros.



Continua aberta até o dia 5 de dezembro a I Exposição Integração e Cidadania Fórum Desembargador Sarney Costa (Cahau). A iniciativa promovida pela instituição elegeu dezessete fotógrafos entre profissionais e amadores através de Edital; cada um está expondo entre cinco e três fotos. No detalhe, conosco neste registro durante o lançamento da Exposição, a chefe da biblioteca do Fórum, Hervandy Garcês (à esquerda), a relações públicas Priscila Aragão, o diretor do Fórum Dr. Osmar Gomes e a servidora Lorena Borba.

Jovem suspeito de matar policial civil é preso em Paço do Lumiar

PÁGINA 12 [C1]

Jovem suspeito de matar policial civil é preso em Paço do Lumiar

Policiais militares prenderam, na quarta-feira (12), Inaldo Araújo Menezes, de 22 anos, suspeito de matar o policial civil Henrique Garcia Lopes, no dia 16 de fevereiro de 2013. Ele foi preso por força de um mandado de prisão preventiva, expedido pela juíza Jaqueline Reis Caracas, da 1ª Vara da Comarca de Paço do Lumiar.

A prisão foi na residência do suspeito, localizada na Rua 9, casa 7, Residencial Carlos Augusto, município de Paço do Lumiar. Inaldo foi conduzido ao Plantão Central da Cidade Operária e encaminhado ao Centro de Triagem em Pedrinhas.

O policial Henrique Garcia Lopes foi morto em uma discussão no trânsito, no bairro do Maiobão. Dois homens em uma motocicleta cometeram o delito. A vítima foi alvejada no peito, chegou a ser socorrida, mas faleceu na Unidade Mista do Maiobão. O policial civil era lotado na Delegacia de São João Batista.

Rotam prende assaltante de ônibus - Após recebimento de uma denúncia, policiais da Ronda Ostensiva Tático Móvel (Rotam) prenderam, na noite de quarta-fei-

ra (12), um suspeito de assalto a ônibus no bairro do Alemanha, em São Luis. Gilberto Henrique Braga de 24 anos foi preso com posse de arma de fogo e celulares.

De acordo com informações do Sargento Getulio, eles souberam através de uma denúncia que, três homens haviam acabado de praticar um assalto em um ônibus da linha Caratatiua. Ao saber da ocorrência, eles se encaminharam até a travessa dois irmãos em busca dos suspeitos. Ao entrar na rua, eles avistaram um dos criminosos correndo e entrando em uma residência.

Os policiais observaram, ao entrarem na casa, que Gilberto Braga tinha dispersado um objeto pela janela. Após busca pessoal ao suspeito, na residência e nas áreas adjacentes, eles encontraram um revólver calibre 38 com cinco munições intactas e alguns aparelhos celulares que provavelmente pertenceriam às vítimas do coletivo. Outros dois comparsas que, também tinha praticado o assalto ao ônibus conseguiram fugir. Gilberto foi conduzido para a Delegacia da área para serem tomadas as devidas providencias sobre o caso.



O POLICIAL HENRIQUE Garcia Lopes foi morto em uma discussão no trânsito, no bairro do Maiobão

CARUTAPERA

Município terá de garantir iluminação pública à população

Em resposta ao pedido de efeito suspensivo contra decisão proferida pela Justiça de Carutapera, a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça confirmou decisão liminar para imediata manutenção e extensão do serviço de iluminação pública prestado pelo Município, por meio da Companhia Energética do Maranhão (Cemar). A questão foi tema de Ação Civil Pública (ACP) promovida pelo MPMA em agosto deste ano.

Na ACP, a promotora de Justiça Laura Amélia Barbosa pediu que o Município tomasse medidas para melhoria no serviço de iluminação pública, como a instalação de postes, lâmpadas e manutenção da rede nas ruas, avenidas e povoados.

No pedido de efeito suspensivo, o Município alega a impossibilidade de cumprir a decisão ju-

dicial dentro do prazo, tendo em vista que o projeto para reforma da iluminação pública deve ser enviado à Cemar, a quem compete a análise e aceitação.

De acordo com a Prefeitura de Carutapera, parte da liminar já foi cumprida, como a apresentação da relação mensal de prestação de contas com a Cemar e do relatório dos serviços de manutenção executados nos meses de julho, agosto e setembro.

O pedido de suspensão da liminar foi desconsiderado, uma vez que o município já estava ciente da insatisfação da população local com o serviço de iluminação pública e vinha sendo alvo de debate junto ao MPMA desde agosto.

A cidade de Carutapera fica a 576 km de São Luís.

(Ascom MPMA)

ADVOGADO.....: Abdoral Vieira Martins Junior
 OAB ADVOGADO.....:
 OAB ESTADO.....:
 DIÁRIO.....: JUSTIÇA ESTADUAL DA CAPITAL
 EDICAO DO DIÁRIO....: 201
 PÁGINAS.....: 268 a 268
 DATA DA PUBLICAÇÃO..: 30/10/2014
 N DO PROCESSO.....: 24338-94.2014.8.10.0001
 CIDADE.....: SÃO LUIS
 ÓRGÃO.....: CAP
 VARA.....: SECRETARIA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ

PROCESSO Nº: 24338-94.2014.8.10.0001 AÇÃO:INTERDIÇÃO REQUERENTE: MARIA CELESTE GOMES MOTA REQUERIDO(A): AUGUSTO CESAR GOMES LEITE ADVOGADO (A): ABDORAL VIEIRA MARTINS JUNIOR O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUIS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 83/85 dos autos da Ação de CURATELA (Processo N24338-94..2014.8.10.0001) em que é requerente MARIA CELESTE GOMES MOTA e requerido AUGUSTO CESAR GOMES LEITE cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Desta forma, decreta-se a interdição Maria Celeste Gomes Mota, brasileira, filha de Alcides Gomes de Matos Rego e Rosilda Mendes de Matos Rego, portadora do RG nº108271699-2 SEJSP MA, inscrita no CPF sob nº. 062828223-00, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, nos termos do artigo 1.767 do Código Civil, e nos termos do artigo 1.177 e seguintes do Código de Processo Civil, nomeando como seu curador(a), em caráter definitivo, Luiz Cesar Gomes Leite, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador do RG nº. 2.691.319 IFP, inscrito no CPF sob nº. 406.268.657-00, a quem compete a prática de administração e representação em juízo e/ou fora dele, devendo, inclusive, o(a) mesmo(a) prestar contas bianualmente. Faça-se constar ainda ser terminantemente vedado o(a) curador(a) emprestar, transigir, dar quitação, hipotecar, vender bens imóveis ou móveis em que o(a) interditando(a) seja possuidor(a) ou proprietário(a). Não poderá também o(a) curador(a) contrair dívidas (qualquer tipo de empréstimo em dinheiro ou outra espécie) em nome do interditando(a), inclusive para abatimento direto em seus proventos, a não ser por expressa e específica autorização judicial (art. 1.748, I, CC) e ainda que os valores recebidos de entidades previdenciárias sejam aplicadas exclusivamente em prol da saúde do(a) interditando(a). Deve ainda o(a) curador(a) prestar contas bianualmente. Expeça-se termo de curatela definitivo, intimando-se o(a) curador(a) para assiná-lo em cartório. Publique-se na Imprensa local e na oficial, por três vezes, com intervalo de dez (10) dias, na forma do artigo 1.184 do CPC. Oficiese ao Eg. TRE/MA para suspensão dos direitos políticos do (a) interditando (a).Expeça-se mandado ao 1º Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais da cidade de São Luis, Estado do Maranhão (art. 1.184 do CPC c/c art. 29, inc. V da Lei 6.015/73), para que se proceda ao REGISTRO da interdição de Maria Celeste Gomes Mota, brasileira, filha de Alcides Gomes de Matos Rego e Rosilda Mendes de Matos Rego, portadora do RG nº108271699-2 SEJSP MA, inscrita no CPF sob nº. 062828223-00, CERTIDÃO DE CASAMENTO nº. 12.405, folhas 131 do livro B-85 da Quarta Circunscrição do registro Civil das Pessoas Naturais de Justiça do Distrito Federal-Freguesia da Glória, Rio de Janeiro. Faça-se constar ainda determinação para que a interdição seja anotada, de ofício ou mediante comunicação, pelo oficial de registro do 1º Cartório no assento de casamento do (a) interditando (a) (artigo 106 da LRP). Após o trânsito em julgado e observadas as formalidades pertinentes, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Ciência ao MP. P.R. I. São Luis (MA), 02 de outubro de 2014.Milton Bandeira Lima, Juiz Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Aos 14 (catorze) dias do mês de março do ano de dois mil e treze (2014). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino. . Milton Bandeira Lima Juiz de Direito Vara de Interdição, Sucessão e Alvará